

Para economistas, melhora das contas ainda não é estrutural

Avaliação é de que resultado se deve a uma situação conjuntural

BRASÍLIA – Economistas de fora do governo concordam que as contas externas brasileiras terão melhor resultado neste ano, mas acham cedo para dizer que a melhora é de caráter estrutural. “A redução do déficit se deve a um motivo conjuntural e a uma incógnita”, disse o economista Roberto Padovani, da Tendências Consultoria Integrada. “O motivo conjuntural é o câmbio depreciado; a incógnita, o que está acontecendo com as importações.”

Os economistas do governo acham que as importações estão sendo substituídas por produtos nacionais, mas Padovani não tem certeza disso. “Pode ser, mas não dá para jurar”, comentou. Ele observa que a proporção das importações em relação à produção industrial vem caindo há mais de um ano, o que indica maior uso de matérias-primas e produtos intermediários nacionais. “Sabemos que, de fato, isso aconteceu em setores como o siderúrgico e o automotivo.” Parte da substituição de importações é permanente, mas parte pode ser temporária, apenas nesse período em que o dólar está caro demais.

A queda na importação de bens intermediários como proporção da produção industrial pode ser explicada também pela crise enfrentada pelas empresas de telecomunicações. Elas foram maciças importadoras nos últimos anos, quando estavam se instalando no País e investindo para atingir metas de prestação de serviços. Agora, porém, a maioria das metas já foi atingida e as empre-

sas enfrentam dificuldades.

“A balança comercial está melhorando porque as importações caíram, mas as exportações também caíram e isso não é bom”, afirmou o professor Felipe Ohana, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de Brasília. “A economia brasileira está em estado de inanição, prestes a entrar em coma. Neste ano, em vez de 4%, vamos crescer 1% e olhe lá; não há o que comemorar.” Ohana não desmerece a virada no balanço de pagamentos. “É um movimento de curto prazo significativo, importante. Mas não pode ser reputado a fatores estruturais novos.”

O professor acha que ainda há uma extensa agenda a ser cumprida, cujo objetivo é criar um ambiente propício a investimentos de longo prazo. Ele considera que o governo avançou ao adotar o câmbio flutuante e ao promover melhoras na estrutura tributária, como

na recente Medida Provisória 66, que acaba com a cobrança cumulativa da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS). No entanto, ainda há muito o que fazer.

“No caso do setor produtivo, nós

temos três ou quatro tributos cobrados sobre a mesma base”, observou. “Qualquer investidor, olhando de fora, conclui que ainda vai haver muitas idas e vindas até termos uma estrutura tributária ideal.” Na avaliação de Ohana, o caso dos tributos é apenas um exemplo do problema representado pelo quadro jurídico brasileiro, que é considerado instável pelos investidores internacionais.

Além da legislação, o Brasil tem problemas de logística e seu desenvolvimento tecnológico ainda é modesto. Outro grande desafio, na avaliação de Ohana, é elevar a poupança interna para que, dessa forma, taxas de juros domésticas possam ser reduzidas. (L.A.O.)

ESTRUTURA
TRIBUTÁRIA
PRECISA DE
MUDANÇAS